

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 973 - 30/11/2015

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

A sessão ordinária do Conselho Universitário (Consun) de novembro ocupou a maior parte de seu tempo na discussão do orçamento para o próximo ano. A apresentação feita pelo Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Antonio Carlos Gobe, expôs as expectativas financeiras para 2016. Segundo ele, a PUC-SP deverá ter um resultado operacional de R\$ 75 milhões, o que redundará em um reserva técnica de R\$ 5 milhões.

Para alcançar estes resultados deverá ocorrer um aumento das mensalidades de 11,6% para a graduação e 12,6% para o pós e Cogea. A folha de pagamento, continuando na perspectiva do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) não poderá ultrapassar 64% da renda líquida (considerando que a meta final do TAC é de 62%). Para alcançar estes resultados o orçamento teve como premissas a manutenção do atual número de bolsas, um controle mais rigoroso na formação de turmas, a melhora da imagem institucional da universidade entre outras condicionantes. Gobe estima uma inflação interna das tarifas e preços da universidade da ordem de 14%, o que justificaria o aumento das mensalidades.

Os conselheiros levantaram vários questionamentos aos números apresentados, como por exemplo, a ligação entre o orçamento da PUC-SP e a Fundação São Paulo. Para o pró-reitor os dois orçamentos estão entrelaçados, não havendo uma separação definida. O preço das mensalidades também assustou alguns conselheiros, como a professora Cibele Isaac Saad Rodrigues, que vê no aumento um obstáculo para a manutenção dos cursos da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde, de Sorocaba. A pro-

CONSUN APROVA ORÇAMENTO PARA 2016

Mensalidade deve subir entre 11 e 12,6%

fessora Madalena Peixoto também demonstrou tal preocupação citando que outras universidades possuem preços bem menores que os da PUC-SP. Para o professor Gobe as condições de trabalho dos docentes da PUC-SP são diferenciadas daquelas encontradas em outras instituições de ensino onde domina o regime de hora-aula. Sobre a duração do TAC, Gobe explicou que ele não tem um prazo para terminar, mas que a prestação de contas da Fundasp ao Ministério Público é contínua.

Apesar dos questionamentos

o orçamento foi aprovado pela maioria dos presentes, com a abstenção da professora Madalena Peixoto.

AVALIAÇÃO DOCENTE

Outro tema que teve grande espaço na sessão foi a aprovação das novas regras para a avaliação docente. Como já noticiamos, em 2016 começa a avaliação do período 2014/15. Após esta avaliação as próximas deverão ser trienais. A que examinará os resultados de 2016/17/18, já seguirá pelas novas normas aprovadas pelo Consun.

Para a maioria dos conselheiros houve avanços no novo texto que flexibilizou algumas exigências encontradas na sistemática anterior, principalmente na avaliação de docentes que ocupam funções dentro da universidade e no julgamento de publicações dos professores. Porém o novo texto continuará a utilizar parâmetros tais como o currículo Lattes e as publicações indexadas pelo Quallis, parâmetros muito questionados pela comunidade acadêmica.

Também foi lembrado que não adianta se exigir uma série de atribuições se o professor que cumpri-las ficará ocupando a mesma posição dentro da carreira docente da PUC-SP em virtude do represamento. Foi mencionado ainda o contrasenso que é se exigir progressão na carreira se o regimento da PUC-SP estipula 30% do quadro docente de cada departamento como auxiliar de ensino.

A professora Maria Amalia, pró-reitora de pós-graduação, enfatizou que a universidade começou a fazer um estudo, que já se iniciou no Conselho de Ensino e Pesquisa, visando mapear a situação dos professores de cada departamento na carreira para sugerir soluções para questões como o chamado "represamento".

AFAPUC pede explicações sobre pagamento do abono da PLR

A diretoria da AFAPUC encontrou-se na semana passada com o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, para saber da situação do pagamento do abono da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Para o secretário-executivo, a liberação está dependendo do

cartório do Tribunal Regional do Trabalho, uma vez que a Fundasp já concordou em pagar. O presidente da AFAPUC, Francisco Cristóvão, fez uma visita ao Tribunal Regional do Trabalho e obteve do diretor do cartório do TRT a informação de que em virtude da greve do Judiciário vários processos fi-

caram parados. Porém, agora a Junta do TRT já regularizou a sua situação e deverá expedir a autorização para a liberação do pagamento da PUC-SP nos próximos dias. A expectativa do diretor é o que o pedido seja liberado antes do dia 18/12, data em que se inicia o recesso do Tribunal.

Sinpro-SP cria justificativa para dedução no acordo dos 7,66%

Intimado pela Procuradoria Regional do Trabalho a esclarecer a dedução de valores no pagamento devido aos professores da PUC-SP, conforme acordo firmado com a Fundasp para ressarcimento do acumulado na ação dos 7,66%, de 2005, o Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP) elaborou versão idealizada para tentar convencer o Ministério Público e a Justiça do Trabalho de que o recolhimento da cota parte dos empregados para o INSS não entrou na cláusula relativa aos encargos no referido acordo.

Veja bem: o acordo aprovado pelos professores da PUC-SP, em assembleia realizada no sindicato, previa o pagamento do montante de R\$ 30 milhões, pela Fundasp, livre de todos os encargos trabalhistas previstos na legislação em vi-

gor. No entanto, após receber os repasses parcelados da Fundasp, os quais deveriam ser repassados integralmente aos professores, o Sinpro-SP incluiu uma dedução nos pagamentos com a suposta justificativa de que seria ou deveria ser destinada ao recolhimento do INSS. Essa dedução diminui em mais de R\$ 1,5 milhão o montante destinado aos professores.

Diante dessa novidade no acordo, a APROPUC encaminhou petição ao Ministério Público do Trabalho no sentido de defender os legítimos direitos dos professores e de exigir o devido esclarecimento do Sinpro-SP, já que está expressamente escrito que "será de única e exclusiva responsabilidade da reclamada [Fundasp] o pagamento de todos os eventuais impostos, taxas e con-

tribuições porventura incidentes sobre o acordo".

Agora, em malabarismo retórico, o Sinpro-SP alega que o recolhimento da cota parte dos empregados não se enquadra entre os eventuais impostos, taxas e contribuições, tão somente porque se trata de uma obrigatoriedade legal. Afirma, agora, que tal encargo não pode ser atribuído à Fundasp por ser algo da responsabilidade dos professores. Contraria, assim, dois aspectos fundamentais e decisivos na aprovação do acordo pelos professores: um, de que o montante de 30 milhões de reais seria integralmente entregue aos professores; e dois, de que a Fundasp, por ter lesado os professores durante tantos anos, assumiria todos os encargos decorrentes da ação. Se não fosse assim, certamente te-

ria constado expressamente do acordo a ressalva ou a exceção da suposta cota parte dos empregados para o INSS, a qual somente agora o Sinpro-SP deixa claro que será deduzida do montante que cada um dos professores tem a receber.

A resposta do Sinpro-SP à Procuradoria Regional do Trabalho representa uma punhalada nas costas dos professores, na medida em que aceita retirar da nossa remuneração o valor que deveria ter sido cobrado da Fundasp e que, de forma sorrateira, aparece camuflado no malabarismo verbal do acordo homologado em 22/6/2015. A APROPUC espera que o Ministério Público atue com o máximo rigor para proteger os direitos dos professores da PUC-SP. É o mínimo a se fazer.

Diretoria da APROPUC

APROPUC notifica a Bradesco Seguros sobre valores da nova apólice

No começo de novembro os professores e funcionários da PUC-SP foram surpreendidos com o anunciado vencimento no próximo dia 30/11 da apólice de seguro de vida Bradesco.

No comunicado, a Fundasp, que apesar de não participar do custeio é a sua estipulante desse contrato de seguro, ofereceu aos afetados a oportunidade de aderirem a uma nova apólice, que passará a vigorar partir do dia 1º/12.

Contudo, examinando essa nova apólice, também oferecida pela Bradesco Seguros, deparamo-nos com um "produto" completamente diferente do an-

terior, que impõe aos segurados que desejarem manter os patamares de cobertura que possuíam anteriormente um custo mensal muito superior, praticamente inacessível para muitos professores e funcionários que há anos estão vinculados a este contrato e que agora possuem idade muito avançada.

Em razão disso a APROPUC notificou a Bradesco Seguros, participando a Fundasp da medida, solicitando a prorrogação da apólice prevista para expirar no dia 30/11. Além disso, se colocou à disposição para negociar a construção de uma nova apólice, com regras que garantam ao me-

nos àqueles que estiveram vinculados a este contrato de seguro por anos, a preservação de seus direitos, evitando que aqueles que

se sentirem lesados pela medida tenham a necessidade de recorrer ao judiciário para barrar essa alteração abusiva.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischtardt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

A lama do desenvolvimento

Roberta Traspadini

A ideia de sustentabilidade defendida nos discursos propagandistas das grandes empresas produtivas e midiáticas cai por terra quando as catástrofes, nada naturais, ocorrem. O caso do rompimento da barragem em Mariana expõe:

1. a vulnerabilidade de um grupo expressivo de trabalhadores, que vivem ou da venda de sua força de trabalho ou da condição de autogestores de sua sobrevivência, como as populações ribeirinhas, em tempos de acentuação da precarização do trabalho;

2. a participação orgânica das esferas públicas em associação direta com os grandes capitais, tanto na proposta quanto na execução das políticas do desenvolvimento;

3. a necessidade, do capital, de participação conjunta entre esferas públicas e privadas para a resolução de situação como estas. No momento da catástrofe, o discurso de Estado mínimo não existe e apontam como natural algo produzido socialmente;

4. a grande mídia protagonista de notícias intencionalmente construídas que expressam e reforçam uma comoção nacional, sem abrir um debate sobre os impactos ambientais e sociais do modelo que visa o lucro sobre a vida;

5. a centralidade posta na solidariedade, como única alternativa comum próxima da consigna um por todos, todos por um, em substituição às políticas de socorro às reais ví-

timas: os trabalhadores.

Mas e quando não há catástrofe, apenas lucro? O lucro da Vale pertence a todos? Não pertence a poucos, frente a muitos nenhuns?

O desenvolvimento é uma questão sempre em aberto. Urge ser debatido com profundidade, pois expõe, nos momentos de dramas como as catástrofes sociais, a história das mazelas do subdesenvolvimento. A catástrofe atinge vários sujeitos e coloca na pauta do dia a discussão sobre o que se tem e o que se quer. Mas não o faz fora da perspectiva de classe, pois, ainda que muitos sejam atingidos, não o são na mesma magnitude.

O debate sobre desenvolvimento apresenta problemas históricos que se acentuam ao longo dos desdobramentos do capital no Brasil: latifúndio, monocultivo, contaminações de toda ordem, trabalho precarizado, fome, dívida, desemprego, diferenças de acesso às políticas públicas etc.

A hegemonia da ideia de progresso levada a cabo no Brasil, desde 1940, manifesta a atual centralidade do complexo agroindustrial, que exige: a consolidação contínua de grandes barragens; um sistema logístico que escoe suas mercadorias; a transposições de rios; a ampliação do extrativismo; a remoção de famílias de áreas que entram na valorização imobiliária; a especulação de tudo que possa se tornar mercadoria, entre outros feitos do capital financeiro nos territórios.

Na ode aos megaprojetos, o grande capital não se preocupa com as múl-

tiplas poluições da natureza somadas à acentuação da superexploração da força de trabalho.

Para o capital, desenvolvimento narra sua moral consolidada de forma objetiva: o lucro. Logo, seu único temor é a baixa do lucro. Seu único projeto é a ampliação do lucro. A qualquer custo, desde que o mesmo seja calculado por eles e fiscalizado pelo Estado parceiro manifesto nos financiamentos de campanhas. E, caso algo saia da rota, compartilhe o prejuízo entre todos, de forma mosqueteira.

A tragédia, cujas fissuras foram abertas em Mariana e se propagaram para outras regiões de Minas Gerais e Espírito Santo, é um exemplo real do sentido que a burguesia dá ao desenvolvimento. Esses poucos gigantes, ainda que momentaneamente afetados no bolso, não correm riscos de vida nessa catástrofe. Pois, o capital acumulado ao longo da história, às custas do sangue e suor dos trabalhadores e da extração dos recursos naturais, permite que eles se recuperem em pouco tempo da perda econômica gerada por sua própria negligência.

E no caso dos trabalhadores afetados por tais catástrofes? Quem garante a retomada de suas vidas? Como se recuperam de um dano dessa dimensão?

O Governo Federal modificou legalmente um artigo para poder incluir a catástrofe social como processo natural. Com isso, permite que o trabalhador saque o FGTS para reconstrução de suas casas. Mas esse é o único cami-

nho viável? Mesmo que seja legal, é justo? Não explicita a forma como o governo lê quem deve pagar as contas de uma catástrofe social como esta, cujos protagonistas são evidentes? Todos sofrem da mesma maneira? Todos correm os mesmos riscos? Quem paga a conta, por trás do conto da solidariedade?

O debate sobre o desenvolvimento exige explicitar as coisas como elas de fato são: processo desigual e combinado, ancorado em uma estrutura de coisificação da força de trabalho e da natureza. No progresso ou na crise, os donos do capital manifestam a equação social sobre quem paga a conta do progresso, na opulência depredadora de poucos gigantes proprietários privados.

Em tempos de ideias pós-modernas, a catástrofe social e histórica na lama do desenvolvimento nos exige parar de discutir sobre o menos pior e voltar a pensar sobre o inédito, necessário e viável processo de reconstrução de outros projetos de desenvolvimento para além do capital. A relação entre os seres humanos, demais seres vivos e natureza neste modelo de desenvolvimento não é sustentável e nunca será. Suas bases são enraizadas na sangria dos corpos e no veneno da terra.

A catástrofe de Mariana, narra, nas raias da louca corrida pela ampliação dos lucros pelo capital financeiro monopolista que compõe a Vale,

continua na próxima página

continuação da página anterior

Luta de secundaristas continua ganhando força

o terror do desenvolvimento capitalista desmedido, que utiliza a natureza e o ser humano como objetos para a produção de riqueza na forma de propriedade privada de poucos.

É lastimável que em tempos de crises, alguns, na defesa do ideal, não sejam capazes de expor e tomar partido sobre as reais condições de vida do povo numa sociedade como essa. Sem tomar partido, sem diferenciar um processo de outro, o tema concreto ganha valores morais e as ideias, em vez de serem debatidas como projetos societários de disputa de poder, transformam-se em caminhos coletivos de socorros comuns.

Mas não há igualdade possível numa sociedade que se ancora na desigualdade. Nem liberdade concreta quando os mecanismos de escravização significam a obtenção de rendas mínimas para consumos desnecessários máximos. Frente à catástrofe, se abre um debate sobre a política, a natureza do modelo de desenvolvimento e a possibilidade do porvir.

Roberta Traspadini é professora da Universidade Latino-Americana de Integração (Unila) e da Escola Nacional Florestan Fernandes

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Já está em mais de 200 o número de escolas ocupadas por estudantes secundaristas contra a "reorganização" do ensino imposta pelo governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). O movimento vem crescendo desde o dia 12/11, quando a Escola Estadual Fernão Dias Paes, localizada na capital, foi ocupada por estudantes.

Na semana passada, diante da pressão de tantas ocupações, o governo recuou e propôs uma abertura de negociação com a comunidade escolar, desde que os estudantes deixassem as escolas ocupadas. Os alunos, no entanto, recusaram a proposta, afirmando que manterão as ocupações até que suas exigências sejam atendidas. Entre elas, estão o não fechamento de nenhuma escola, a convocação de toda a comunidade escolar para uma discussão de plano de reforma educacional ao longo do ano que vem e a não execução do plano pensado por Alckmin em 2016.

No dia 23/11, segunda-feira, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que todas as ocupações de escolas estaduais poderão ser mantidas. Segundo a decisão, nenhuma ordem de reintegração será concedida na capital paulista.

Ainda assim a Polícia Militar continua agindo com a usual truculência em relação aos estudantes, pais e professores que ocupam as escolas, seja dificultando que as ocupações sejam consolidadas ou até mesmo impedindo a entrada e a saída de novas pessoas e de alimentos e outros produtos. Na última ter-

ça-feira, oito estudantes, entre 16 e 17 anos, foram detidos pela PM enquanto ocupavam uma escola na Mooca, Zona Leste de São Paulo.

Neste momento, toda ajuda é importante para que a luta se fortaleça, por isso a APROPUC reitera seu apoio ao movimentos dos estudantes e repudia toda e qualquer truculência por par-

te da Polícia Militar.

Na sexta-feira, a Apeoesp (Sindicato dos professores do Estado) e outros movimentos sociais, realizaram uma assembleia estadual e um ato, com paralisação da categoria. O ato "Grito pela educação pública do estado" reuniu profissionais do sindicato, estudantes e movimentos que apoiam a luta.

Responsáveis por desastre em Mariana continuam impunes

Após 12 dias do rompimento de duas barragens de rejeitos das empresas Samarco/Vale/BHP, em Mariana (MG), foi realizada a primeira audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para debater o ocorrido.

De acordo com Beatriz Cerqueira, presidenta da CUT/MG, em texto publicado na Revista Fórum, os deputados presentes na audiência não permaneceram lá para ouvir as pessoas atingidas pela tragédia. O mesmo aconteceu no dia anterior, durante uma audiência da Comissão de Direitos Humanos sobre a tragédia.

Ainda assim, representantes dos trabalhadores denunciaram as péssimas condições de trabalho às quais são submetidos, além de convidados que pontuaram os erros de cálculo da empresa em relação aos impactos do rompimento da barragem. A empresa insiste que o material não causa danos ao ambiente ou à saúde. No entanto, análises do

Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Baixo Guandu (ES), mostram a presença de diversos metais pesados na água do Rio Doce, como arsênio, mercúrio e chumbo.

Nesse momento, a Samarco controla o acesso aos atingidos e reúne-se com eles sem que haja a presença do poder público. A mineradora continua fugindo de sua responsabilidade ante ao ocorrido, apesar da pressão de diversos movimentos sociais e entidades de direitos humanos.

No dia 25/11, cinco pessoas foram presas na Câmara dos Deputados, em Brasília, ao realizarem uma performance com lama nos corredores da casa. A intenção era protestar contra a Samarco, em resposta ao ocorrido em Mariana. A prisão foi justificada como crime ambiental, ao mesmo tempo em que os responsáveis pelo mar de lama que vitimou centenas de pessoas continuam impunes.

I Curso Livre sobre Lukács termina na PUC-SP

O I Curso Livre sobre György Lukács aconteceu entre os dias 10 e 27/11 na PUC-SP, em homenagem ao grande pensador e aos 20 anos da Boitempo Editorial, que traz ao Brasil material em português sobre os mais diversos intelectuais da história. O curso foi organizado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História, pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social e pela Boitempo Editorial, além do apoio da APROPUC, do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, do CEHAL, do NEAM, do NEHTIPO, do NETRAB, do NEPEDH, do NEPI, do colegiado de Ciências Sociais da Fundação Santo André e do Grupo de Estudos “Filosofia Política Contemporânea”.



Da esquerda para a direita: professores Antonio Rago, Ana Amélia Silva e Ivan Cotrim

Na quarta-feira, 25/11, os professores Antonio Rago, do departamento de História da PUC-SP, e Ivan Cotrim, doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e professor na Fundação

Santo André, participaram da mesa coordenada pela professora Ana Amélia Silva (departamento de História – PUC-SP) debateram o tema “Via Prussiana, Imperialismo e a Crítica

Ontológica da Economia Política”. O professor Rago fez um apanhado sobre a história e a monarquia da Prússia, enquanto o professor Cotrim focou mais na questão econômica: “Lukács quando aborda a questão da Economia em sua obra trata fundamentalmente a questão do Capital e alguns traços da introdução de 57. É importante entendermos Marx antes de Lukács, para total compreensão do que o segundo deixou”. Durante a última semana de debates, ainda foram discutidos “Momento ideal e ideologia”, com Maria Angélica Borges (PUC-SP) e Felipe Ramos Musetti (NEHTIPO) e “O estranhamento religioso na Ontologia Lukacsiana”, com Ester Vaisman (UFMG).

FALA COMUNIDADE

Observações sobre a cobertura de um trabalho teórico-político: Althusser, 50 anos depois

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

Agradeço à redação do *PUCviva* 972 a publicação, no Rola na Rampa, de nota sobre de nossa comemoração aos cinquenta anos da publicação de *Pour Marx*, de Louis Althusser, e *Lire Le Capital*, do mesmo autor em parceria com diversos colaboradores. Mas aproveito para fazer algumas retificações e complementos.

Não afirmei que Althusser (e não Althuser, com aparece quatro vezes na nota) limita sua análise da ideologia ao capitalismo. Adotei a hipótese de que o autor procura articular, por um lado, um conceito mais geral de ideologia como uma estrutura presente em todos os modos de produção e, por outro, uma teoria da ideolo-

gia no capitalismo; e que este esforço faz problemas no importante artigo “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”, que saiu originalmente na revista *La pensée*, 151 (junho/1970) e rapidamente se tornou o texto mais conhecido do autor.

Este número do *PUCviva* não se referiu à densa, criativa e rigorosa conferência proferida, à noite, por Décio Saes (Althusserianismo e dialética). Qualidades que não impediram um debate cerrado acerca de inúmeras formulações apresentadas pelo palestrante.

Todos os quatro membros da mesa que apresentaram comunicação (além do principal organizador deste ciclo interinstitucional de eventos, professor Jair Pinheiro) insistiram na importância de se romper a forte cortina de silêncio, nas universidades

e nos meios editoriais de esquerda, sobre a obra de Althusser. Por falar nisso, aproveito para informar que, também em nossas mesa e conferência, foi lançado, do próprio Althusser, *Por Marx* (Editora da Unicamp), coletânea que, desde quando surgiu, em 1965, teve enorme repercussão. Desta forma, contribuímos para fechar, no Brasil, uma enorme lacuna. Nestas plagas, a edição anterior saiu trinta e seis anos atrás (1979), em plena ditadura militar. Houve outros, mas eu gostaria de destacar este lançamento, bem como o de *Lutas Sociais* vol. 19 n. 34, com o dossiê Louis Althusser, 50 anos depois. Quatro dos cinco professores que apresentaram comunicação, conferencista incluso, escreveram neste número, que traz texto de Althusser inédito em

quase todo o mundo.

Sei das dificuldades para se publicar e manter um jornal. Não ignoro o papel formador deste trabalho, que incorpora gente nova e disposta a aprender e fazer melhor. Por isso mesmo, sugiro que, em consonância com seu inegável caráter de organização de luta dos professores da PUC-SP, esta associação melhore sua política de divulgação de eventos culturais. É fundamental não produzir matérias que ignorem o que de importante foi dito, escrito e feito.

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida é professor do Depto. de Política e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Coordenador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais).

ROLA NA RAMPA

Professor João Batista Pamplona é reintegrado aos quadros da PUC-SP

No final do ano passado, a administração da PUC-SP surpreendeu a comunidade universitária com a demissão de dezenas de professores de maneira arbitrária, mais uma atitude autoritária por parte da Fundação São Paulo e da reitoria. Com a volta do ano letivo, alguns casos alcançaram maior amplitude devido a movimentações e abaixo assinados organizados por alunos, como foi o caso da demissão do professor João Batista Pamplona, docente do programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. Recentemente, após diversas negociações e acertos jurídicos, o professor foi reintegrado ao corpo docente da universidade. De acordo com Pamplona, a reação dos alunos foi fundamental no processo de sua reintegração. "O reconhecimento dos alu-

nos ao meu trabalho, que foi de 20 anos de dedicação ao grupo e aos estudantes, foi muito importante. Mesmo se a reintegração não tivesse ocorrido, só a manifestação dos alunos já foi algo muito marcante, principalmente para mim", afirmou. Ao PUCViva, o professor contou ainda que o Pe. Rodolpho Perazzolo, secretário executivo da Fundasp, o chamou para conversar e deixou claro que sua demissão tinha sido um equívoco e que a organização dos estudantes foi fundamental para que a Fundasp enxergasse que havia um erro a ser reparado. Pamplona pontuou também que a comunidade como um todo, a coordenação do programa e principalmente a professora Regina Gardelha foram fundamentais nos esforços para sua reintegração.

Estudantes denunciam descaso com CA de Jornalismo

Desde o início de 2015, o Centro Acadêmico Benedito Paixão, do curso de Jornalismo da PUC-SP, tem sido alvo de ações que até agora permanecem sem explicação. Em fevereiro, os móveis que pertenciam ao Benê, como é chamado pelos alunos, sumiram. O Centro Acadêmico fica localizado nas dependências do Bosque, ou seja, para sair de lá com os móveis seria preciso cruzar grande parte da universidade. Os estudantes foram perguntar aos seguranças e à direção do campus se haviam visto algu-

ma movimentação, mas a resposta foi negativa. Agora, o ataque mais recente é a falta de luz interna do CA que foi explicada por uma falha geral nas luzes da quadra, além do sumiço dos novos móveis, que foram doados ao Benê recentemente. Mesmo diante desses episódios a direção da universidade permanece agindo com descaso em relação ao espaço físico e à existência do Benedito Paixão, um Centro Acadêmico que possui um grande histórico de luta dentro da universidade.

Desastre em Mariana é tema de reunião

Os professores Cassiano Terra Rodrigues (Filosofia), Gustavo Coelho-Souza (Geografia) e Jorge Claudio Ribeiro (Ciência da Religião) convocam toda a comunidade puquiara para a reunião "PUC-SP por Mariana",

com objetivo de partilhar informações e articular ações diante dos desastres de Mariana (MG), Rio Doce e o litoral do Espírito Santo. O encontro acontece no dia 2/12 às 19h15 no auditório 100.

AFAPUC organiza venda de panetones

A Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP fará a tradicional promoção de panetones entre os dias 7 e 9/12, entre 10h30 e 18h30 na sede da associação (rua Ministro de Godoi, 1055). A Associação também recentemente fechou novos contratos de

parceria com convênios para os associados com a Zioni Social Confeccões (Rua Ministro Ferreira Alves, 438) e Bio Equilíbrio Farmácia de Manipulação (Rua Teodoro Sampaio, 416). Para mais informações, ligue para 3670-8208 ou envie email para afapuc@gmail.com.

Observatório Ecopolítica é lançado pelo Nu-Sol

O Observatório Ecopolítica, novo informativo quinzenal do Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Pós em Ciências Sociais da PUC-SP e já pode ser lido on-line. Na primeira edição de novembro, foram publicados textos

sobre a COP 21, o desastre no Rio Doce e uma contribuição sobre investimentos públicos e a NASA. É possível consultar os textos no link <http://www.pucsp.br/ecopolitica/observatorio-ecopolitica/n1.html>.

Programa Deric-se realiza mais um encontro

No dia 3/12, às 11h, a psicóloga social e consultora de atitude empreendedora no Senac, Mara Sampaio, debate "A chave da atitude empreendedora", durante o 3º encontro do Programa Deric-se. O evento acontece na Deric, sala 244 (Rua Estado de Israel, 1056).

Para participar, os interessados devem levar um pacote de leite em pó ou achocolatado, que será revertido para os alunos da Escola de Educação Básica de Surdos da Deric. Confirme presença no evento pelo email diderdic@pucsp.br ou pelo telefone (11) 5908-8011.

Nova reunião dos professores do ensino privado

Ao encerrarmos esta edição a contecia na sede da APROPUC mais uma reunião dos professores do ensino privado para deba-

ter as questões pertinentes à sua atividade docente. Na próxima semana estaremos relatando as decisões dos docentes